



MUNICÍPIO DE ALTO RIO DOCE  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
PRAÇA DOUTOR MIGUEL BATISTA VIEIRA, Nº. 121, CENTRO.  
CEP: 36260-000 – ALTO RIO DOCE – MG  
CNPJ: 18.094.748/0001-66  
Telefone: (32) 3345-1270

## LEI Nº 1.057, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

### Revisa a Política de Proteção à Saúde institucional da Câmara Municipal de Alto Rio Doce e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Alto Rio Doce, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de Alto Rio Doce a política de proteção à saúde do trabalhador, abrangendo obrigatoriamente Vereadores, Servidores e, no que couber, o pessoal terceirizado.

**§1º** - A proteção à saúde laborativa será garantida por meio de ações médico-especializadas, voltadas à prevenção e controle, com sujeição obrigatória a inspeções periódicas e atestado de aptidão para o desempenho pleno das funções públicas, consideradas, sobretudo, convenções e normas regulamentadoras afetas à proteção e saúde do trabalhador, os riscos ambientais atestados em Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e o constante no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) do ente municipal, compreendida ainda a Assistência à Saúde Suplementar.

**§2º** - A inspeção de saúde obrigatória terá periodicidade anual, salvo se, em razão do quadro clínico pessoal do agente público ou terceirizado, forem exigidos controles e acompanhamentos médicos em periodicidades menores.

**§3º** - As consultas médicas de inspeção periódica serão realizadas por entidade privada oficial, mantida pela Câmara Municipal, de modo que os exames e tratamentos decorrentes, correrão a cargo exclusivamente do plano incluso na Assistência à Saúde Suplementar, este disponibilizado pela Câmara, vedado qualquer outro meio de custeio ou reembolso com recursos do erário, mesmo àqueles agentes públicos que optarem por não contratarem nenhum plano particular ou aderir aqueles disponibilizados pelo próprio ente Municipal.

**§4º** - No caso do pessoal terceirizado, a responsabilidade pela definição, realização e controle das inspeções periódicas de saúde, bem como pela elaboração e manutenção do LTCAT e PCMSO, é exclusiva da empresa contratada, devendo a Câmara, por meio do fiscal do contrato, exigir a comprovação de seu integral cumprimento.

**Art. 2º** - Para a correta aplicação desta lei, tem por definição:

**I – Assistência à Saúde Suplementar:** assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, nutricionista e farmacêutica prestada, na forma de auxílio, mediante reembolso total ou parcial do valor despendido pelo Vereador, servidor e/ou pessoal terceirizado, seja por meio de planos privados de assistência à saúde ou diretamente por meio de contratação pelo ente concedente.

**II – Titulares** – Pessoal com vínculo funcional direto e permanente com a Câmara Municipal, sendo eles os Vereadores e Servidores, efetivos e comissionados;

**III – Dependentes** – Pessoal com vínculo de parentesco e/ou por afinidade, sendo eles estritamente o cônjuge e o filho menor de 24 (vinte e quatro) anos, este dependente

Victor de Paula  
Prefeito Municipal de  
Alto Rio Doce - MG





economicamente do titular e devidamente matriculado em curso técnico ou de nível superior;  
e

**IV – Terceirizado** – Pessoal com vínculo indireto, admitido por interposta pessoa jurídica prestadora de serviço à Câmara Municipal.

**Art. 3º** - A Câmara Municipal de Alto Rio Doce manterá prestador de serviço em saúde do trabalho, pessoa física ou jurídica, para a atualização do programa médico de saúde ocupacional, definição dos parâmetros para a realização da inspeção médica anual, bem como homologar oficialmente atestados médicos apresentados por Vereadores e Servidores.

**§1º** – O ato homologatório oficial sobre os atestados, devidamente fundamentado, prevalecerá sobre o atestado apresentado pelo agente público, cabendo eventualmente recurso a junta médica disponibilizada pelo próprio prestador contratado.

**§2º** - A administração da Câmara Municipal fica vinculada à concessão dos dias de afastamento por razões médicas devidamente homologadas, bem como a concessão de até (03) três dias úteis para a realização da inspeção médica anual, afastamentos sobre os quais deverão constar devidamente nos assentamentos funcionais, independente da natureza do vínculo jurídico do agente público.

**§3º** - Se do ato de homologação do atestado verificar que o afastamento concedido foi superior ao da homologação oficial, impõe-se à administração o desconto do(s) dia(s) faltoso(s) ou a sua compensação ao servidor e o cômputo de falta a ato legislativo, em se tratando de Vereador.

**§4º** - O Vereador ou servidor de posse de atestado médico, sob pena de incorrer em falta ética ou funcional, deverá apresentá-lo formalmente ao setor de Recursos Humanos, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), competindo ao órgão referido a designação de data para consulta oficial ou apresentação do atestado para fins de homologação.

**§ 5º** - O pessoal terceirizado de posse de atestado médico deverá apresentá-lo diretamente à empresa contratada, a qual compete fazer a gestão de seus funcionários e comunicar formalmente a ausência ao fiscal do contrato na Câmara Municipal, para fins de controle da execução dos serviços.

**Art. 4º** - A política institucional de proteção à saúde do trabalhador da Câmara Municipal abrangerá a concessão permanente de Assistência à Saúde Suplementar, compreendidos os serviços elencados no inciso I do Art. 2º, sendo beneficiários Vereadores, Servidores e, no que couber, o pessoal terceirizado, os quais serão disponibilizados diretamente por meio de contratação pública de planos e serviços disponíveis no mercado ou mediante reembolso de valores despendidos pelo beneficiário, limitados os ressarcimentos aos valores e critérios constantes no Anexo I da presente lei.

**§1º** – A escolha acerca da forma de concessão da Assistência à Saúde Suplementar, se prestada diretamente por meio de contratação pública ou por reembolso caberá exclusivamente ao ordenador de despesas, ponderada a medida mais razoável e economicamente viável à instituição, de modo que a escolha de uma modalidade, implicará na sua aplicação a todos os beneficiados e excluirá por consequência a outra.

Victor de Paiva Lopes  
Prefeito Municipal de  
Alto Rio Doce - MG





**§2º** - No caso de contratação pública, a Assistência à Saúde Suplementar ficará limitada aos serviços cobertos pelo Plano de Saúde e Odontológico, vencedores das melhores propostas de preços, respectivamente.

**Art. 5º** - Eventuais planos contratados pelo ente público ou de livre escolha do agente público, mediante reembolso, deverão compreender, no mínimo, rede conveniada com abrangência regional de serviços técnicos profissionais e especializados, compreendendo ações preventivas e curativas necessárias à proteção e manutenção da saúde do quadro de pessoal, prestadas por meio de consultas, atendimentos emergenciais, ambulatoriais, cirúrgicos, exames, internações, tratamentos de forma direta ou por meio de terceiros credenciados pelo prestador de serviços, quando for o caso; sempre em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 9.656, de 03 de junho de 1998 e normas regulamentadoras exaradas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

**Art. 6º** - Para os casos de ressarcimento de que trata a presente lei, será o mesmo pago mensalmente e terá natureza eminentemente indenizatória para os fins de escrituração contábil e gestão fiscal, afetas ao controle de despesas, sendo denominado para tal finalidade como “Assistência à Saúde Suplementar”.

**§1º** - O pagamento da Assistência à Saúde Suplementar será realizado na modalidade de reembolso, no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, contados do respectivo pagamento ou débito em conta pelo beneficiário, compreendendo estritamente os serviços elencados no inciso I do Art. 2º e mediante apresentação de nota fiscal ou outro meio idôneo de comprovação da despesa.

**§2º** - Na modalidade de reembolso, os planos de saúde e odontológico serão de livre escolha do beneficiário.

**§3º** - Para o reembolso de fármacos, fica estabelecido, dentre outros critérios estabelecidos pela Mesa Diretora, a indenização apenas de fármacos voltados a tratamentos de doenças crônicas que imponham o uso contínuo ou tratamentos especializados, observando-se:

I - O limite de valor fixado no Anexo I;

II - Apresentação da nota fiscal;

III – Apresentação da receita médica com indicação do diagnóstico e do beneficiário; e

IV – Sujeição obrigatória da receita médica à homologação pelo médico do trabalho oficial com certificação de inexistência de similares ou genéricos que atendam com efetividade e segurança o tratamento indicado.

**§4º** - Para o reembolso de fármacos, ficam expressamente vedadas finalidades estéticas, bem como a indenização de medicação de uso comum, os quais dispensam via de regra, a receita médica.

**Art. 7º** - A Assistência à Saúde Suplementar corresponderá estritamente aos valores constantes em nota fiscal ou outro meio idôneo de comprovação, limitado o reembolso às faixas fixadas por faixa etária, conforme Anexo I.

Victor de Souza Lopes  
Prefeito Municipal de  
Alto Rio Doce - MG





MUNICÍPIO DE ALTO RIO DOCE  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
PRAÇA DOUTOR MIGUEL BATISTA VIEIRA, Nº. 121, CENTRO.  
CEP: 36260-000 – ALTO RIO DOCE – MG  
CNPJ: 18.094.748/0001-66  
Telefone: (32) 3345-1270

**Parágrafo Único** - Resolução da Câmara competirá a atualização dos limites de valores estabelecidos, estritamente ao que determinar anualmente a ANS para planos individuais ou no caso de planos coletivos, sobre os valores oriundos de acordos e aceitação recíproca das partes, observados em qualquer caso a sua compatibilidade com valores de mercado, perdas inflacionárias e disponibilidade orçamentária e financeira.

**Art. 8º** - A Assistência à Saúde Suplementar, independentemente de sua modalidade, poderá abranger os dependentes definidos no inciso III do Art. 4º, observado, no caso de ressarcimento, o valor máximo para a faixa etária, concedido para cada dependente e assim discriminado na nota fiscal ou outro meio idôneo de comprovação.

**Art. 9º** - A adesão à Assistência à Saúde Suplementar é facultativa, todavia, não se institui como óbice a sujeição periódica às inspeções médicas definidas pela medicina do trabalho, porquanto condição para atestar a aptidão ao desempenho das funções públicas da Câmara Municipal.

**Art. 10** - Salvo para a modalidade de prestação direta por meio de contratação pública, fica autorizada a realização de convênios com prestadores privados de serviços de assistência em saúde suplementar, como medida a envidar melhores condições de serviços, economia de escala e otimizar o processamento das mensalidades, junto a administração, ainda que de livre escolha do beneficiário.

**Art. 11** – Os casos omissos e a disciplina detalhada da concessão e do processamento interno da Assistência à Saúde Suplementar serão regulamentados, no que couber, por atos da Mesa Diretora.

**Art. 12** - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do orçamento vigente.

**Art. 13** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Alto Rio Doce/MG, 17 de dezembro de 2025.

Victor de Paiva Lopes  
Prefeito Municipal de  
Alto Rio Doce - MG

VICTOR DE PAIVA LOPES  
Prefeito Municipal de Alto Rio Doce/ MG



MUNICÍPIO DE ALTO RIO DOCE  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
PRAÇA DOUTOR MIGUEL BATISTA VIEIRA, Nº. 121, CENTRO.  
CEP: 36260-000 – ALTO RIO DOCE – MG  
CNPJ: 18.094.748/0001-66  
Telefone: (32) 3345-1270

**ANEXO I**

CRITÉRIOS PARA REEMBOLSO TITULAR E DEPENDENTES		
PLANOS DE SAÚDE		
FAIXAS ETÁRIAS PARA TITULAR E DEPENDENTES	VALOR LIMITE DE RESSARCIMENTO MENSAL TITULAR	VALOR LIMITE DE RESSARCIMENTO MENSAL POR DEPENDENTE CADASTRADO
0 a 18 anos	R\$ 235,76	R\$ 235,76
19 a 23 anos	R\$ 271,11	R\$ 271,11
24 a 28 anos	R\$ 311,77	R\$ 311,77
29 a 33 anos	R\$ 374,24	R\$ 374,24
34 a 38 anos	R\$ 431,40	R\$ 431,40
39 a 43 anos	R\$ 494,78	R\$ 494,78
44 a 48 anos	R\$ 593,74	R\$ 593,74
49 a 53 anos	R\$ 712,48	R\$ 712,48
54 a 58 anos	R\$ 890,60	R\$ 890,60
59 ou mais	R\$ 1.291,38	R\$ 1.291,38
PLANOS ODONTOLÓGICOS		Victor de Paula Lopes Prefeito Municipal de Alto Rio Doce - MG





MUNICÍPIO DE ALTO RIO DOCE  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
PRAÇA DOUTOR MIGUEL BATISTA VIEIRA, Nº. 121, CENTRO.  
CEP: 36260-000 – ALTO RIO DOCE – MG  
CNPJ: 18.094.748/0001-66  
Telefone: (32) 3345-1270

FAIXAS ETÁRIAS PARA TITULAR E DEPENDENTES	VALOR LIMITE DE RESSARCIMENTO MENSAL TITULAR	VALOR LIMITE DE RESSARCIMENTO MENSAL POR DEPENDENTE CADASTRADO
TODAS	R\$ 80,00	R\$ 80,00
FÁRMACOS HOMOLOGADOS		
FAIXAS ETÁRIAS PARA TITULAR E DEPENDENTES	VALOR LIMITE DE RESSARCIMENTO MENSAL TITULAR	VALOR LIMITE DE RESSARCIMENTO MENSAL POR DEPENDENTE CADASTRADO
0 a 18 anos	R\$ 30,00	R\$ 30,00
19 a 23 anos	R\$ 40,00	R\$ 40,00
24 a 28 anos	R\$ 50,00	R\$ 50,00
29 a 33 anos	R\$ 60,00	R\$ 60,00
34 a 38 anos	R\$ 70,00	R\$ 70,00
39 a 43 anos	R\$ 80,00	R\$ 80,00
44 a 48 anos	R\$ 90,00	R\$ 90,00
49 a 53 anos	R\$ 100,00	R\$ 100,00
54 a 58 anos	R\$ 110,00	R\$ 110,00
59 ou mais	R\$ 120,00	R\$ 120,00

Victor de Paula Lopes  
Prefeito Municipal de  
Alto Rio Doce - MG